

- Quatro países manifestaram interesse em parceria com o Brasil no CLA do Maranhão*
- Propriedade industrial beneficiará indústria de Defesa*
- Luftwaffe encomenda sistema de contramedidas da Saab*
- French industry group presses presidential hopefuls on defense spending*

Quatro países manifestaram interesse em parceria com o Brasil no CLA do Maranhão*

Estados Unidos, França, Rússia e Israel manifestaram interesse em formalizar parceria com o Brasil para utilização do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), no estado do Maranhão. A informação é do ministro da Defesa, Raul Jungmann, que esteve nesta quarta-feira (12) conhecendo as instalações do Centro e o programa espacial brasileiro. Jungmann frisou que qualquer acordo com as partes interessadas se dará sempre levando em consideração a soberania do Brasil.

“Na semana passada, um grupo francês esteve visitando o Centro de Lançamento. Obtive informações hoje que o CLA está em condições operacionais. Ou seja, se houver

algumas demandas, o centro pode lançar foguetes num prazo de uma semana”, afirmou o ministro.

Além disso, Jungmann explicou que mantém conversas com a direção da Embraer Defesa no sentido de o conglomerado nacional, que é sócio na Visiona, junto com a Telebrás, também fixar acordos com o CLA. A Visiona é a empresa que contratou junto à francesa Thales o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação (SGDC).

“Vou também procurar o BNDES para que o banco possa apontar formas de fomento para o Centro de Lançamento. Numa outra frente conversarei com os responsáveis na Casa Civil da Presidência da República para equacionar as questões de natureza fundiárias”, contou.

Centro de lançamento

Na sala do Sistema de Controle Operacional e Disparo (SCOD), Jungmann conversou com jornalistas. Indagado se a visita ao CLA tratava-se de “uma cordialidade”, o ministro respondeu: “Não é algo relativo à cordialidade, é algo relativo ao relançamento de Alcântara. Isso aqui é um ativo do Brasil. Este Centro, como eu acabei de ouvir do comandante, é o que tem melhores condições não só geográficas, mas também em termos de equipamento em todo o hemisfério sul do planeta. Aqui o Brasil investiu muito e o Brasil tem muito a lucrar com o relançamento de Alcântara. Nós estamos redefinindo toda a governança e nós estamos revendo os acordos de salvaguardas. Existe a ideia em firmar exatamente esses acordos com a Rússia, que tem manifestado interesse; com a França, com Israel e com Estados Unidos, e nós retiramos o acordo anterior que tínhamos com os Estados Unidos no Congresso Nacional e vamos reenvia-lo em breve.”

O ministro afirmou também que nunca ocorreu a descontinuidade do CLA.” No ano passado, nós tivemos dois lançamentos, esse ano vão ter pelo menos quatro, ou seja,

Alcântara nunca parou. O projeto espacial desenvolvido pela Aeronáutica, pela Ciência e Tecnologia e pela AEB jamais parou. Agora, ele precisa e vai ter de fato uma recriação e um relançamento. Vamos criar o Conselho Nacional da área espacial brasileira, o presidente da República, em breve, deve emitir um decreto a esse respeito e nós vamos, inclusive, conversar com o setor privado brasileiro. Já conversamos, por exemplo, com a Embraer, que tem interesse também aqui, e vamos procurar resolver a questão da área especificamente no que diz respeito aos quilombolas, porque nós precisamos de mais de 12 mil hectares para que a gente possa ter aqui até 6 bases de lançamento. E só pra dar uma ideia aos senhores, dado o mercado hoje e valor de um lançamento de um satélite que pode ir de 30 milhões a 120 milhões de dólares. Nós temos condições aqui de gerar recursos da ordem US\$1,2 bilhão e a US\$ 1,5 bilhão ao ano para o Brasil e evidentemente, com ganhos para o Maranhão e para toda a região”.

E continuou: “O diálogo neste momento não está se dando porque nós estamos na fase de reenviar esse projeto para o Congresso Nacional e é importante dizer que nós aqui não vamos trabalhar só com os Estados Unidos, nós vamos trabalhar, se houver interesse, e se de fato formos adiante, com diversos países, a Rússia, como foi aqui citado; a França, que esteve aqui recentemente; Israel também tem interesse. Nós vamos transformar isso aqui em algo que será plural e, obviamente, também com a participação brasileira, que deve também ter condições. As empresas nacionais podem explorar esse Centro, que tem a melhor localização geográfica do mundo e no hemisfério sul é o mais bem equipado, com instrumentos de ponta e pessoal treinado. Para os senhores terem uma ideia, ainda há pouco, eu e o brigadeiro Rossato conversamos, que se for necessário, dentro de uma ou duas semanas, podemos fazer um lançamento. Está tudo pronto para se fazer um lançamento.”

Acordo

Na conversa Jungmann abordou também a questão fundiária: “Nesse momento, na Casa Civil, este processo de conciliação está sendo devidamente finalizado e, pelas

informações que nós temos é que já existe um pré-acordo, para que seja feito o remanejamento dessas famílias, para que elas tenham absoluta condição de habitação e de, obviamente, levar a sua vida. Agora, esse centro para ser funcional, para ele poder ser operado e trazer todos os ganhos que trará em termos de ciência e de tecnologia e, de cursos de extensão na área aeroespacial, engenharia, inclusive, para a região.”

Jungmann classificou que a defesa do País está relacionada ao espaço. “Defesa está relacionada ao espaço, à questão de desmatamento, enfim, há uma infinidade de atividades que são essenciais para o Brasil e que são desenvolvidas a partir do espaço. Por isso é que nós precisamos de mais 12 mil hectares para, somando aos 8 mil que já existem, fazer uma exploração do potencial que, como já se disse, é único no mundo e isso aqui de fato é um ativo, é uma joia que o Brasil tem e que precisa ser amplamente utilizado.”

Segundo ele, ocorreram erros políticos que estão sendo revistos. Daqui para frente “estaremos fazendo a coisa certa, fazendo a coisa com transparência e, sobretudo, com profissionalismo, não repetindo os erros anteriores e que não foram, em momento algum, tenham certeza disso, responsabilidade da Força Aérea e muito menos da Defesa, essa foi uma decisão política equivocada e que nos gerou prejuízo, mas isso não se repetirá, vocês podem ter certeza”, salientou o ministro”

O ministro comentou ainda que “os russos lançam foguete em Kourou, na Guiana. Nos Estados Unidos você pode ter lançamento de outros países. Na verdade você tem, digamos assim, uma exploração comercial em qualquer centro do mundo. Agora, só tem um detalhe aqui, os lançamentos custam em termos de combustível 30% menos. Então, você tem uma vantagem que é mais competitiva do que qualquer outro centro de lançamento do mundo.

Jungmann ressaltou que o centro de lançamento tem suas finalidades de defesa e suas finalidades comerciais. “ Em qualquer lugar do mundo, existe algo semelhante com o

que vai ter no Brasil. Portanto, a soberania, a independência nacional, estarão absolutamente preservadas. Além do fato que nenhum país, nenhuma empresa terá o monopólio disto aqui, quem terá o controle integral dessa área, do Centro de Lançamento será o Brasil, a partir da sua soberania e a partir daquilo que o Congresso Nacional entender que deve ser feito.”

O que deve acontecer, frisou Jungmann, “é que nós recolhemos todas as críticas que foram feitas, arredondamos interiormente no Governo e ouvimos do Congresso, das lideranças do Congresso, e vamos apresentar uma nova proposta. O Congresso é soberano e caberá a ele é aprovar.”

E continuou: “entendo também que o fato de que não estaremos só restrito aos Estados Unidos, como também não estaremos restrito, como no passado, à Ucrânia. Ninguém aqui vai ter o monopólio ou ninguém aqui vai deter o controle que será do Brasil, será nacional e será em função da defesa e da soberania do nosso País”, reforçou o ministro mais uma vez.

Apresentação do CLA

Jungmann seguiu na manhã desta quarta-feira para o Maranhão. Acompanhado do comandante da Aeronáutica, brigadeiro Nivaldo Luiz Rossato; do chefe de Assuntos Estratégicos do Ministério da Defesa, brigadeiro Alvani Adão da Silva; e do diretor-geral de Ciência e Tecnologia Aeroespacial, brigadeiro Carlos Augusto Amaral Oliveira. Jungmann foi recebido em Alcântara pelo comandante do CLA, coronel Luciano Valentim Rechiuti.

No auditório do prédio central, o coronel Luciano realizou um briefing com a narrativa do histórico do centro de lançamento. O comandante disse que o CLA começou a ganhar forma em 1979 e, no ano seguinte, houve a declaração de uma área de 62 mil hectares como de utilidade para a construção do centro. Por meio do Decreto nº 88.136/83 se

instituiu o CLA. Já no ano seguinte, ocorreu a desapropriação do território para a montagem da estrutura.

Os primeiros lançamentos se iniciaram nos anos 1990 com o Sonda II. Em 1994 dois avanços importantes: a criação da Agência Espacial Brasileira (AEB) e o Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE). O coronel Luciano mostrou à comitiva, durante a palestra, os cinco setores do centro de lançamento: comando e controle, preparação de lançamentos, controle de satélites, apoio e residencial e hoteleiro.

“Tivemos muitos avanços em termos de modernização, em termos de equipamentos. Temos agora uma área específica de segurança de voo e uma sala de crise. Posso assegurar que o CLA dispõe de plena capacidade operacional”, disse o coronel Luciano. Após o término da visita ao CLA, o ministro Jungmann e o brigadeiro Rossato sobrevoaram a área e depois seguiram para o Palácio dos Leões, sede do Governo do Maranhão. Lá foram recebidos, em audiência, pelo governador Flávio Dino.

Fonte: Ministério da Defesa

Data: 12 de abril de 2017

Link: <http://www.defesa.gov.br/noticias/30060-quatro-paises-manifestaram-interesse-em-parceria-com-o-brasil-no-cla-do-maranhao>

Propriedade industrial beneficiará indústria de Defesa*

Brasília – A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) aprovou nesta quarta-feira, dia 5, o parecer do deputado Pedro Vilela (PSDB-AL) ao Projeto de Lei 4.897 de 2016, que permitirá o uso da propriedade intelectual como garantia para o acesso de financiamentos por parte da indústria de Defesa. O texto foi aprovado com

um único voto contrário, do deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) e é de autoria do deputado Wadson Ribeiro (PCdoB/MG), que não está no exercício do mandato.

Segundo Vilela, “a proposta é altamente meritória por abrir mais uma alternativa, além das já existentes, para que as Empresas Estratégicas de Defesa possam dispor de recursos para financiar suas atividades industriais, o que assume especial relevo em face das dificuldades por que passam muitas delas”, explicou.

Ao defender a aprovação da proposta, Bruna Furlan (PSDB-SP), presidente da CREDN, destacou que “o projeto permite que os direitos de propriedade intelectual e industrial possam servir de garantia aos financiamentos de que necessitam essas empresas para o desenvolvimento dos seus programas, produtos, projetos e ações relativos a bens e serviços de defesa nacional”.

Bruna Furlan destacou ainda os esforços empreendidos pelo ministério da Defesa no sentido de buscar alternativas que fortaleçam a Base Industrial de Defesa (BID) e destacou que nesta segunda-feira, dia 3, participou, no Rio de Janeiro, da abertura da 11ª edição da Latin America and Defense (LAAD 2017), evento que contou com as presenças do presidente Michel Temer, do ministro da Defesa, Raul Jungmann, dos comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, bem como de representantes das principais entidades e empresas do setor de defesa do Brasil e do mundo.

Na oportunidade, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou uma linha de financiamento internacional de país a país, beneficiando a produção da indústria nacional de defesa, com prazos de pagamento de até 25 anos e 100% das exportações brasileiras.

“A aprovação desta matéria pela CREDN reforça o trabalho feito pelo Ministério da Defesa, agora com o apoio do BNDES. Nossa indústria nacional precisa de incentivos

para desenvolver tecnologias sensíveis e produtos de uso dual, que beneficiarão as nossas Forças Armadas e toda a sociedade brasileira”, afirmou Furlan.

Pedro Vilela também lembrou que o Brasil incentiva a sua indústria, mas em estrito respeito às normas internacionais. “Internalizamos todas as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas e não exportamos material bélico para países e/ou regiões em conflito”, concluiu.

Fonte: Câmara dos Deputados

Data da publicação: 05 de abril

Link: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/propriedade-industrial-beneficiara-industria-de-defesa>

Luftwaffe encomenda sistema de contramedidas da Saab*

11 de abril — A Saab foi contratada para entregar seu sistema de auto-proteção e contramedidas de guerra eletrônica BOZ-101 à Força Aérea Alemã.

O sistema de alerta embarcado foi encomendado em nome das Forças Alemãs pela NATO Eurofighter 2000 e Tornado Management Agency, ou NETMA. Ele é projetado para fornecer aos pilotos o alerta antecipado e capacidade de detecção de mísseis, enquanto em voo.

“O bem conhecido pod BOZ tem sido usado no Tornado por muitos anos. Esta nova encomenda para a versão melhorada confirma a capacidade da Saab de atender às necessidades dos nossos clientes para sistemas de auto-proteção no o estado da arte

para melhorar suas capacidades operacionais em ambientes hostis “, disse o chefe de negócios de vigilância da Saab, Anders Carp, em um comunicado à imprensa.

O dispositivo é um pod montada na asa composto por um sistema de aviso de aproximação de míssil e um sistema de lançamento de contramedidas.

O trabalho da Saab será realizado em suas instalações em Järfälla, na Suécia e Centurion, na África do Sul. As autoridades alemãs esperam que as entregas ocorram entre 2017 e 2020.

Fonte: Poder Aéreo

Data da publicação: 11 de abril

Link: <http://www.aereo.jor.br/2017/04/12/luftwaffe-encomenda-sistema-de-contramedidas-da-saab/>

French industry group presses presidential hopefuls on defense spending*

PARIS – The French aerospace industry is calling on the next government to boost defense spending by 40 percent to reach 2 percent of gross domestic product by 2022, Marwan Lahoud, chairman of the Gifas trade body, said April 13.

“It is imperative, essential that defense spending be raised to 2 percent of GDP by 2022,” he told a press conference on the 2016 results of Groupement des Industries Françaises Aéronautiques et Spatiales, or Gifas.

“All the candidates in the presidential election call for a spending increase but...it is very important after the elections, once France has a new executive, a new government, how that effort will be translated into action and decision,” he said.

“For the aeronautical, space and defense industry, it is a key issue that will determine our business model and our future,” he added, arguing that there are programs, research and development at stake.

Voters go to the polls April 23 and May 7 in a two-round presidential election.

The call by industry for a spending boost follows pledges by the presidential candidates that they would increase the military budget if elected. NATO has called on members to hit the 2 percent target by 2025.

Lahoud sketched an overview of French defense spending and its impact on the industrial sector.

Paris has slashed the defense budget to 1.43 percent of GDP, excluding pensions, from 2.86 percent in 1990, a 26 percent spending decline in response to the shift in international relations, he said.

“This change is a determining factor for our industry,” he said. Sixty percent of funding for feasibility studies “has disappeared. That determines product policy for industry,” he said.

The services have said they have capability gaps and are overstretched in missions, while industry is at “breaking point,” as the technology base is in a fragile state. France risks losing a leading position based on technology, according to Lahoud.

It is up to the air force, army, navy and the nuclear specialists to decide the priorities for future capabilities, but communications and cyber were among key capabilities, he said.

Lahoud renewed a longstanding call for spending €1 billion (\$1.1 billion) on research and technology.

The R&T budget for 2016 was €855 million, according to the defense ministry's booklet on key figures.

Ninety percent of defense procurement is spent in France, a level of domestic orders which outstrips other industrial sectors, Lahoud said. French companies moved to a dual military and civil production in the late 1980s and early 1990s, an approach that boosted their competitiveness, he said. The defense sector added 5,000 jobs and appointed 4,500 apprentices last year, according to Cidef, the French defense industrial council, a trade body which groups the aerospace, land and naval associations.

A third export sale of the Rafale fighter jet last year helped give small and medium firms in the supply chain a clear view of production, with monthly output rising to two units per month from one.

On Britain's leaving the European Union, or Brexit, "nobody knows what will happen," Lahoud said. The British and French supply chains are highly integrated, and there is concern over the regulatory effect on employees and equipment on either side of the English Channel.

"There is a real question," he said.

Aerospace and defense 2016 sales hit a fresh high of €60.4 billion, up from €58.3 billion in the previous year, with defense accounting for 22 percent.

Orders slipped to €73.1 billion from €78.3 billion, with defense accounting for 31 percent, down from 32 percent.

Under the generally buoyant figures, there is strain on 25 percent of the small- and medium-sized companies. Those firms specializing in supplying the Falcon business jet and civil helicopters came under pressure as orders have slumped. Gifas seeks to help these suppliers by encouraging them to diversify, with military and medical sectors seen as promising.

At the Paris Air Show, seen as a showcase for French industry, Chinese and Russian companies will be among the exhibitors despite the chill in relations with Moscow and the military embargo against Beijing.

“The Russians will fly over, not cross by land,” said Eric Trappier, deputy chairman of Gifas. Trappier is also chairman and CEO of Dassault Aviation.

Lahoud in February unexpectedly left Airbus, where he had been director for strategy and specialist in mergers and acquisitions. A wide-ranging reorganization was seen as casting doubt over his future in the aerospace group.

Fonte: Defense News

Data da publicação: 13 de abril

Link: <http://www.defensenews.com/articles/french-industry-group-preses-presidential-hopefuls-on-defense-spending>

* Não mencionado o autor no texto.